

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.143 - MA (2019/0300623-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : ERLANDSON JORGE VIEIRA AMORIM
ADVOGADO : BENEDITA PINHEIRO DE SOUSA - MA007211
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por ERLANDSON JORGE VIEIRA AMORIM, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão que negou provimento à apelação da defesa.

Depreende-se dos autos que o recorrente foi condenado à pena de 2 (dois) meses e 18 (dezoito) dias detenção, em regime inicial aberto, pela prática do crime previsto art. 147 do Código Penal, c/c o art. 5º, III, da Lei n. 11.340/2006 – e-STJ fls. 101-110.

Em grau de apelação, o Tribunal de origem negou provimento ao recurso da defesa e manteve íntegro o decreto condenatório (e-STJ fls. 255-261).

Nas razões do recurso especial, a defesa reputa contrariado o art. 61, II, *f*, do Código Penal, bem como os arts. 115 e 117 da Lei de Execução Penal (e-STJ fls. 284-308).

Ao que parece, postula a redução do aumento derivado da incidência da agravante do art. 61, II, *f*, do CP e a alteração do modo de cumprimento da pena privativa de liberdade, do regime aberto para a forma domiciliar.

Apresentadas as contrarrazões (e-STJ fls. 345-353), após o juízo prévio de admissibilidade (e-STJ fls. 364-367), os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal, na condição de *custos legis*, opinou pelo não conhecimento do recurso ou, caso dele se conheça, por seu desprovimento (e-STJ fls. 381-385).

É o relatório.

Satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, passa-se ao exame recursal.

O recurso não merece conhecimento.

A despeito da longa exposição argumentativa contida nas 24 (vinte e quatro) páginas do recurso especial interposto pela defesa, dela não é possível extrair com clareza e segurança a razão por que a parte considera contrariados os dispositivos de leis federais ali apontados.

Com efeito, a leitura do emaranhado de ideias e informações articuladas como razões recursais não permite identificar qual ou quais seriam as questões conducentes à conclusão de que a situação prevista no art. 105, III, *a*, da CF se faz presente na hipótese em exame.

Não bastasse, quanto à irresignação fundada na alínea *c* do permissivo constitucional, a parte recorrente nem sequer teve o cuidado de apontar o dissídio jurisprudencial, demonstrando-o mediante indicação do acórdão paradigma da divergência e simples cotejo analítico, conforme, aliás, determina a lei processual vigente e, também, o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Portanto, inevitável observar, *in casu*, a incidência do óbice da Súmula n. 284/STF, aplicável à espécie por analogia, segundo o qual *"é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"*.

Nada obstante, na hipótese verifica-se de plano constrangimento ilegal capaz de ensejar a concessão de ordem de *habeas corpus* de ofício, conforme autoriza o art. 654, § 2º, do CPP.

Consoante o art. 61 do CPP, *"em qualquer fase do processo, o juiz, se reconhecer extinta a punibilidade, deverá declará-lo de ofício"*.

No caso concreto, colhe-se dos autos que o réu foi acusado da prática do crime do art. 147, *caput*, c/c o art. 61, II, *f*, do CP, na forma prevista pelos arts. 5º, III, e 7º, II, da Lei n. 11.340/2006, uma vez que, *"no dia 29 junho de 2014, por volta das 19hrs00min, aproximadamente na Rua Jose Mariano, Quadra 66, Sol e Mar, nesta cidade, o denunciado Erlandson Jorge Vieira Amorim, ameaçou a vítima Marcilene da Silva Santos, de mal injusto e grave, dizendo 'Quando você voltar para casa vai acontecer uma tragédia', e ainda: 'Se você não voltar eu vou te matar aí mesmo, na casa da tua mãe'"* (e-STJ fl. 6).

A denúncia foi recebida em 30/9/2014 (e-STJ fls. 37-38).

Julgada procedente a ação penal (e-STJ fls. 101-110), ao réu foi aplicada pena privativa de liberdade de 2 (dois) meses e 18 (dezoito) dias detenção.

Não houve recurso da acusação.

Delineado esse contexto fático, percebe-se, de pronto, a extinção da punibilidade do fato delitivo apurado nestes autos.

Com efeito, verifica-se que, desde a publicação da sentença penal condenatória em cartório, no dia 16/9/2016 (e-STJ fl. 111), até o presente momento, houve o transcurso de prazo superior ao previsto no art. 109, VI, do CP, de 3 (três) anos, não tendo ocorrido, nesse intervalo, nenhum outro marco interruptivo da prescrição.

Saliente-se, a propósito, que, nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte Superior, *"o acórdão confirmatório da condenação não constitui novo marco interruptivo prescricional, ainda que modifique a pena fixada"* (AgRg na PET nos EAREsp 1420611/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgado em 06/11/2019, DJe 18/11/2019).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do recurso especial. **Concede-se**, contudo, **ordem de habeas corpus de ofício** para declarar extinta a punibilidade do fato delitivo apurado nestes autos, por força da prescrição penal, conforme prevêm os arts. 107, IV, 109, VI, 110 e 117, IV, do Código Penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro JORGE MUSSI
Relator